



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE PLANALTINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

RONEI MENDES PEREIRA

**EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL:
CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Brasília – DF

2020

RONEI MENDES PEREIRA

**EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL:
CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Professor Doutor Celso Vila Nova de Souza Júnior.

Brasília – DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PR772e Pereira, Ronei Mendes
 Empréstimo consignado no âmbito da Secretaria de Estado
 da Educação do Distrito Federal: características e desafios
 da educação financeira. / Ronei Mendes Pereira; orientador
 Celso Vila Nova Souza Júnior. -- Brasília, 2020.
 62 p.

 Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão
 Pública) -- Universidade de Brasília, 2020.

 1. endividamento. 2. crédito consignado. 3. educação
 financeira. I. Souza Júnior, Celso Vila Nova, orient. II.
 Titulo.

**EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL:
CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova a Dissertação de
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de
Planaltina da Universidade de Brasília do aluno

Ronei Mendes Pereira

Doutor Celso Vila Nova de Souza Júnior

Professor-Orientador

Profª Dra Paula Meyer Soares

Prof Dr José Maria de Oliveira

Membro Externo

Membro Externo

Brasília, _____ de _____ de 2020.

AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus. É bom o tempo todo! Não tenho o que falar!

À memória de meus pais e da minha avó materna.

Aos demais membros da minha família, o meu obrigado!

Ao meu orientador, o professor Doutor Celso Vila Nova de Souza Júnior, que esteve nessa jornada e, mesmo nos momentos de dificuldades, não deixou de acreditar no meu trabalho.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), pela oportunidade de ampliar o meu conhecimento e pela liberação para os estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília (PPGP/FP/UnB).

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PPGE/FE/UnB).

RESUMO

A estabilização econômica e inflacionária conquistadas a partir do Plano Real, acrescida de programas consistentes de geração de emprego e renda, bem como diminuição da miséria, mudou paradigmas em termos de consumo e acesso ao crédito por parte da população brasileira. Nessa direção a evolução da regulamentação do setor bancário, bem como as inovações trazidas por esse segmento, desmistificaram grande parte dos produtos financeiros e permitiram a criação de soluções mais atrativas para o consumidor, como o empréstimo consignado. Este, voltado em sua maioria para servidores públicos e aposentados / pensionistas do INSS, é caracterizado por taxas de juros acessíveis e prazos de pagamento mais flexíveis, levando seu público-alvo a considerar com maior simpatia a antecipação de consumos que, de outra forma, seriam renegados ou adiados. Tal cenário é pano de fundo para o crescimento do empréstimo consignado de forma consistente desde o início do século XXI. De outra parte, o acesso ao crédito no Brasil não necessariamente veio acompanhado de educação financeira, ocasionando, em paralelo, um crescente grau de endividamento e, em última análise, inadimplência. Nessa perspectiva, o presente estudo quantitativo tem como objetivo fornecer um panorama do endividamento dos servidores da SEEDF com o uso do empréstimo consignado no triênio 2016 – 2018, apontando suas características e segmentações, bem como elencando oportunidades e desafios na implementação de programas e ações de incentivo à educação financeira e ao uso consciente do crédito. Diante do estudo de caso, os principais achados dão conta da aparente homogeneidade na propensão à tomada do crédito consignado entre servidores ativos e inativos, bem como entre homens e mulheres vinculados ao órgão em questão. Já quanto a evolução dos montantes consignados, o ano de 2018 mostrou forte queda nos números, contrariando a curva ascendente continuada dessa modalidade de financiamento desde a sua primeira regulamentação. Estratificados por categoria funcional, os servidores docentes aparecem como principal público tomador do empréstimo consignado, com frequência superior a 80% dos contratos na média do período observado. A partir dessa análise, e à luz do referencial teórico apresentado, sugere-se como solução para a disseminação de conceitos de educação financeira e potencialização do uso consciente do crédito a adoção de capacitações e programas que utilizem novas tecnologias, principalmente as aderentes aos pilares das *fintechs*.

Palavras-Chave: endividamento, crédito consignado, educação financeira.

ABSTRACT

The economic and inflationary stabilization achieved since the Real Plan, plus consistent programs for generating employment and income, as well as reducing poverty, has changed paradigms in terms of consumption and access to credit by the Brazilian population. In this direction, the evolution of banking sector regulation, as well as the innovations brought by this segment, demystified a large part of financial products and allowed the creation of more attractive solutions for consumers, such as payroll loans. The latter, mostly aimed at public servants and INSS retirees / pensioners, is characterized by affordable interest rates and more flexible payment terms, leading its target audience to consider with greater sympathy the anticipation of consumption that, otherwise, would be disowned or postponed. Such a scenario has been a backdrop for the growth of payroll loans consistently since the beginning of the 21st century. On the other hand, access to credit in Brazil has not necessarily been accompanied by financial education, causing, in parallel, an increasing degree of indebtedness and, ultimately, default. In this perspective, the present quantitative study aims to provide an overview of the indebtedness of SEEDF employees with the use of the payroll loan in the 2016 - 2018 triennium, pointing out its characteristics and segmentations, as well as listing opportunities and challenges in the implementation of programs and actions of encouraging financial education and the conscious use of credit. In view of the case study, the main findings account for the apparent homogeneity in the propensity to take payroll loans between active and inactive employees, as well as between men and women linked to the agency in question. As for the evolution of the payroll amounts, 2018 showed a sharp drop in numbers, contrary to the continued upward curve of this financing modality since its first regulation. Stratified by functional category, the teaching staff appear as the main public taking the payroll loan, with frequency higher than 80% of the contracts in the average of the observed period. Based on this analysis, and in light of the theoretical framework presented, the adoption of training and programs that use new technologies, especially those adhering to the pillars of fintechs.

Keywords: indebtedness, payroll loans, financial education.

Lista de Figuras

Figura 1: Organograma da SEEDF.....	38
-------------------------------------	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Evolução das taxas de juros médias em operações de crédito.....	34
Gráfico 2: Evolução da inadimplência no crédito consignado.....	35
Gráfico 3: Servidores ativos em educação no GDF.....	39
Gráfico 4: Servidores ativos em educação no GDF – distribuição por gênero.....	39
Gráfico 5: Servidores ativos em educação no GDF – distribuição por categoria profissional.....	40
Gráfico 6: Evolução do quadro de pessoal ativo na SEEDF no triênio 2016-2018.....	46
Gráfico 7: Evolução do quadro de pessoal inativo na SEEDF no triênio 2016-2018.....	46
Gráfico 8: Evolução dos montantes consignados na SEEDF no triênio 2016-2018.....	47
Gráfico 9: Distribuição média de servidores da SEEDF, por gênero, no triênio 2016-2018 x montante médio contratado em consignações.....	48
Gráfico 10: Decisão de consumo do empréstimo consignado entre os servidores ativos da SEEDF, por gênero.....	49
Gráfico 11: Evolução do empréstimo consignado entre os servidores ativos da SEEDF, por categoria profissional.....	49
Gráfico 12: Percentual de consignações por categoria profissional entre servidores ativos da SEEDF no triênio 2016-2018.....	50

Lista de Quadros

Quadro 1: Natureza das Dívidas dos Consumidores.....	213
--	-----

Lista de Tabelas

Tabela 1: Evolução do empréstimo consignado entre servidores ativos da SEEDF – triênio 2016-2018.....	44
Tabela 2: Evolução do empréstimo consignado entre servidores inativos da SEEDF – triênio 2016-2018.....	45

Lista de Siglas e Abreviaturas

BCB - Banco Central do Brasil

CNC - Conferência Nacional do Comércio de Bens e Serviços

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

DISER - Diretoria Acompanhamento e Apoio ao Servidor

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GDF - Governo do Distrito Federal

GSAIG - Gerência de Sistematização e Análise de Informações para a Gestão

INSS – Instituto Nacional Do Seguro Social

OCDE - Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEIC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PIB - Produto Interno Bruto

SCFI - Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento

SCI - Sistema Contábeis Integrados

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos

URV - Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

SUMÁRIO	XII
1 INTRODUÇÃO.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 A ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO NO BRASIL	16
2.2 A REFORMA BANCÁRIA E O PAPEL DAS FINTECHS	24
2.3 COMPORTAMENTO DE CONSUMO, ACESSO AO CRÉDITO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	28
2.4 ENDIVIDAMENTO COM CRÉDITO CONSIGNADO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO	33
3. METODOLOGIA.....	36
3.1 UNIDADE DE ANÁLISE: A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	37
3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	40
3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	41
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXO A – REQUERIMENTO DE DADOS PARA A PESQUISA	60

1 INTRODUÇÃO

A partir do advento do Plano Real, programa econômico instituído pela Medida Provisória 434/1994 (BRASIL,1994) com o objetivo de estabilizar a economia brasileira, até então hiperinflacionária, a população passou a vivenciar novas oportunidades de acesso ao crédito. Assim o país assistiu a expansão dos bancos e financeiras com a oferta de novas formas de crédito, juros mais acessíveis, tecnologias e condições inovadoras, voltadas para uma população ávida por consumo.

Os bancos, que anteriormente lucravam sobre a inflação, comprometiam o acesso – sobretudo das pessoas físicas – a itens de primeira necessidade como propriedade, moradia e entretenimento. Já no novo cenário, pós-Real, com expansão de crédito, estabilização da moeda e controle inflacionário, especialmente as classes média e baixa da puderam através da geração de renda, contribuir com o aumento geral do consumo (HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013).

Nesse cenário, o crédito consignado, instituído em 2003 para pessoas que recebem aposentadoria através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e servidores públicos, oferece taxas de juros reduzidas em relação às praticadas no mercado e estimula, ainda mais, a adesão ao crédito (BUAES, 2015). No contexto do funcionalismo público, alguns fatores como a estabilidade do trabalhador e, em alguns casos, salários maiores que a média nacional, atraíram a atenção das instituições financeiras, que passaram a oferecer juros cada vez mais baixos e prazos para pagamento cada vez mais altos (COELHO; MELLO; FUNCHAL, 2012).

De outra parte, a ampliação do consumo e acesso ao crédito aparentemente não vieram acompanhados, no Brasil, por uma educação financeira (OCDE, 2005) que orientasse o

comportamento de compra do consumidor, acelerando o endividamento e comprometendo, de modo importante, o orçamento das famílias.

Desse modo, utilizando como *locus* de pesquisa a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), esse trabalho busca responder a seguinte questão: Como se deu a evolução do endividamento dos servidores ativos da SEEDF com o uso do empréstimo consignado no triênio 2016 – 2018, e quais oportunidades e desafios se manifestam na implementação de programas e ações de incentivo à educação financeira e ao uso consciente do crédito para esse público?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é fornecer um panorama do endividamento dos servidores da SEEDF com o uso do empréstimo consignado no triênio 2016 – 2018, apontando suas características e segmentações, bem como elencando oportunidades e desafios na implementação de programas e ações de incentivo à educação financeira e ao uso consciente do crédito. Para tanto foram perseguidos os seguintes objetivos específicos:

Contextualizar a temática da pesquisa através do referencial teórico centrado em consumo, crédito consignado e endividamento.

Analisar o papel das *fintechs* e da educação financeira no contexto do endividamento.

Estudar o endividamento com empréstimo consignado no âmbito dos servidores ativos da SEEDF durante 3 anos, estratificando os dados por categoria funcional e gênero.

Propor soluções para diminuição do endividamento entre o público considerado, utilizando-se dos princípios da educação financeira.

Diante do anteriormente exposto, essa pesquisa assume relevância científica a partir da constatação de que não existe um conjunto expressivo, na literatura nacional recente, de trabalhos que abordem o endividamento dos servidores públicos a partir do crédito

consignado e sobre o papel da educação financeira nessa dinâmica. De outra parte, sua justificativa prática vem do fato de que o uso irracional dos empréstimos consignados pode levar a impactos relevantes na vida pessoal e profissional dos servidores públicos que, em última análise, podem se enredar em situações que levem seus salários a patamares aquém de suas necessidades básicas e à negatização de crédito.

Quanto a metodologia, a pesquisa está pautada em uma abordagem quantitativa. A amostra se concentrou nos servidores públicos ativos da SEEDF entre 2016 e 2018, distribuídos por gênero e classificados em 6 categorias profissionais. Os dados foram acessados pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para garantia de fidedignidade das informações.

Já quanto a estrutura, a presente dissertação foi dividida em 3 capítulos: O primeiro correspondente à introdução; o segundo ao referencial teórico, que se concentra nos temas de consumo, crédito consignado e endividamento; o terceiro correspondente ao referencial teórico da pesquisa; o quarto contendo a análise e discussão dos resultados coletados em campo e, por último, o quinto capítulo contendo as conclusões e considerações finais da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO NO BRASIL

Segundo Palombo (2011), após o fracasso dos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor no controle de preços, juros e na economia, já era consenso que a estabilização dependeria de uma reforma monetária, assim como da desindexação e ataques a problemas fundamentais no que tange à questão fiscal. O Plano Real marcou uma nova etapa na economia brasileira, obtendo sucesso em reduzir e manter baixas as taxas de inflação.

Em consequência da estabilidade proporcionada pelo Plano Real, os bancos perderam as receitas das transferências inflacionárias e compensaram essa perda de renda pela expansão das operações de crédito. Por essa ótica, a estabilidade provocou mudança de comportamento no setor bancário, que passa a conceder um volume maior de crédito. Ou seja, após o Real a taxa de crescimento do crédito bancário teria de ser significativamente superior à taxa observada antes do Plano (SOARES, 2002).

Acrescenta Costa (2014) que o Plano Real era baseado na ideia de que o problema central estava no desajuste das contas públicas. Por esse fato, a primeira fase de sua implementação tinha como objetivo estabelecer o equilíbrio das contas do governo. O princípio fundamental, na época, era combater a sonegação, desvincular certas receitas da União e redefinir relações, como por exemplo, a da União com os Estados.

Após esse momento, a segunda fase do Plano Real consistiu na desindexação, sendo baseada na criação da Unidade Real de Valor (URV) com o intuito de gerar um grau de estabilidade acabando com a memória inflacionária (COSTA, 2014). Esse foi, também, o

momento de reduzir o período de reajuste de preços. Para que a inflação permanecesse baixa, foi necessário a elevação da taxa de juros, que controlou a inflação ao mesmo tempo em que conteve uma explosão no consumo.

Já a terceira e última fase do Plano tinha como foco garantir a estabilidade da nova unidade monetária, criando regras de lastreamento e emissão. A fase da âncora nominal lastreou a oferta monetária doméstica de US\$1 para R\$1, garantiu maior autonomia ao Banco Central e fixou limites trimestrais de estoque da base monetária (COSTA, 2014).

Porém, logo a seguir, eventos econômicos internacionais afetaram a estabilidade do real e dos ideais que este Plano perseguia:

O cenário de desequilíbrio piorou ainda mais em 1998 com a crise internacional (crise mexicana em 1994, asiática em 1997 e a declaração da moratória russa em 1998). As exportações brasileiras despencaram. No entanto, a privatização da Telebrás garantiu um suspiro ao país, já que esta foi capaz de elevar as reservas internacionais (COSTA, 2014, p.9).

Por fim, o Plano Real conseguiu se sobressair às turbulências internacionais, alicençadas em importantes transformações datadas da segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República à época:

O segundo mandato do FHC, 1998 à 2002, foi marcado por diversas reformas na estrutura do país. Dentre elas estão: a criação do sistema de metas da inflação para servir de modelo às políticas monetárias que estavam por vir, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o fim dos monopólios estatais nos setores de telecomunicação e petróleo em decorrência das privatizações e a reforma, embora parcial, da Previdência Social. Em relação ao que foi explicitado no parágrafo anterior, o governo também foi capaz de sanear o sistema financeiro, renegociar as dívidas estaduais e promover ajuste fiscal (COSTA, 2014, p.9).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e sua nova política econômica, no intervalo de tempo de 2004 a 2008, o país conseguiu atingir a taxa média de crescimento do PIB de 4,8%. Esse crescimento só foi interrompido em 2007, com a crise americana que rapidamente atingiu o mundo todo. Durante todo o mandato, Lula conseguiu manter a inflação

dentro do intervalo de tolerância. Com o cenário positivo e o otimismo a respeito do futuro, a demanda por emprego se intensificava, se refletindo nos números da taxa de desemprego, que decresceu de 12% em 2002 para 7% em 2010. Além disso, vale ressaltar que o país passou por um processo de formalização da economia. A acumulação de reservas levou a uma redução da dívida externa líquida que há tempos nos incomodava (COSTA, 2014).

Com a ascensão de parte significativa de brasileiros na pirâmide de renda, ampliou-se a fronteira de consumo. Contudo, para a maior parcela da população, apesar do avanço da renda, o acesso a certos bens como automóvel e imóvel, por exemplo, somente seriam viáveis diante da oferta de crédito. O jargão “uma prestação mensal que caiba no bolso” exemplifica o cenário que se instituiu a partir da ampliação da oferta de crédito às classes mais baixas (TAKEDA; DAWID, 2013).

Para Galeano e Feijó (2011), após o período da implantação do Plano Real e com o crescimento do crédito nos anos 2000, todos os setores de atividade aumentaram seu montante de crédito frente ao Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, o segmento do crédito às pessoas físicas teve um desempenho diferenciado no sentido de ter sido o que mais se expandiu.

Os setores da indústria e de habitação perderam participação no crédito, enquanto os setores rural e de comércio mantiveram suas participações. O crédito ao setor público segue uma tendência de queda: a participação caiu de 4,8% em 2000 para 1,9% em 2008, mas voltou a crescer em 2009 (3,2%) (SOUZA, 2015, p. 33).

Nesse cenário as instituições financeiras se especializaram em conceder crédito e facilitar o acesso da população de menor renda ao consumo de bens duráveis e serviços dos mais variados tipos. O endividamento, portanto, advém da imposição das condições de juros e taxas fornecidas por tais instituições, bem como das restrições impostas no caso de inadimplência.

Contrair uma dívida é, portanto, estabelecer um compromisso pecuniário ou patrimonial entre pessoas físicas e jurídicas. Ou, sob o aspecto de ativos, dívida é a maneira de se usar um futuro poder de aquisição no presente, antes que uma soma tenha sido ganha (SOUZA, 2015).

A partir do acesso facilitado ao crédito, concedido pelas instituições financeiras para boa parte dos brasileiros, desencadeou-se uma ampliação rápida no grau de endividamento da população, por vezes extrapolando a capacidade pagadora da pessoa física e comprometendo a qualidade de vida das famílias, conforme descrito a seguir:

A particularidade brasileira desse crescente endividamento ocorre principalmente pelos seguintes produtos e serviços financeiros: cartão de crédito, de acesso restrito às camadas de renda mais alta na década de 1980, hoje amplamente ofertado e que corresponde à maior parcela de endividados; crédito consignado, regulamentado no governo Lula já em seu primeiro ano de mandato, que facilitou a cessão de créditos para funcionários públicos, aposentados e pensionistas; crédito imobiliário, priorizando as camadas de rendimentos mais baixas nos anos 2000, principalmente com os recursos disponíveis para o programa Minha Casa, Minha Vida após 2009; e o crédito para compra de automóveis, facilitados com a expansão da produção do setor automotivo. Outros serviços financeiros, como cheque pré-datado, cheque especial e carnês do comércio, também representam parcelas importantes do endividamento (RICARDO; LARA, 2016, p.345).

O desconhecimento das potencialidades disponibilizadas pelo crédito, como compra fácil de um bem e o seu pagamento posteriormente, levou o usuário de crédito, principalmente de baixa renda, a uma situação financeira comprometedora:

O diferencial do nível de endividamento para com os países de capitalismo mais avançados é demonstrado no potencial de endividamento com a modalidade dos cartões de crédito no Brasil, diferente dos países como os Estados Unidos, em que esse papel predominante está no crédito imobiliário e seus derivativos. O recurso ao crédito rotativo do cartão de crédito é uma armadilha que aprisionou os consumidores de rendas mais modestas, sendo que essa estratégia faz parte da política dos grandes bancos (RICARDO; LARA, 2016, p.347).

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada em 2019 pela Conferência Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC), o tipo

de dívida mais comum entre os brasileiros é com o cartão de crédito, evoluindo de 76,1% em para 77,6% nos últimos 2 anos, seguido pelos carnês, que evoluíram de 15,3% para 16,5% no mesmo período. De modo geral, 62,7% das famílias atualmente se encontram endividadas.

Diante a inadimplência, Alves (2016) sustenta que, apesar do acesso facilitado que o uso do crédito possibilita para a aquisição de bens e serviços, nota-se uma discrepância na representação da oferta de crédito, que propicia a inclusão do indivíduo no mercado ao mesmo tempo em que leva ao endividamento, causado pelo consumo desenfreado, e acaba por excluir o mesmo indivíduo e sua família da sociedade de consumo (KOTLER; KELLER, 2006). Nessa direção, os mesmos autores admitem que essa contração de dívidas de modo desenfreado pode sofrer influência de fatores pessoais, sociais e culturais – na medida em que o consumo está associado ao contexto social, estilo de vida e *status* percebidos pelo indivíduo.

Diante do exposto, o Quadro 1, a seguir, apresenta a tipificação do endividamento quanto a sua natureza.

Quadro 1: Natureza das Dívidas dos Consumidores

Natureza da Dívida	Descrição
Despesas sazonais	As despesas sazonais, aquelas que ocorrem em determinada época do ano, como pagamento de IPTU, IPVA, Imposto de Renda ou material escolar, nem sempre são observadas ao se fazer um planejamento. É comum, no início do ano, as famílias terem dificuldades em função dessas despesas. Existem ainda as datas comemorativas, como Natal, Dia das Mães, Dia das Crianças, aniversários etc. A falta de planejamento e controle pode implicar desembolsos “inesperados”, o que, às vezes, podem levar à necessidade de contratar uma operação de crédito (tomar um empréstimo ou financiamento). Se você deseja minimizar a possibilidade de se endividar, a dica é: planeje-se.
Marketing sedutor	As técnicas de vendas e a tecnologia colocada à disposição dos profissionais de marketing, ao mesmo tempo em que impulsionam as vendas, também impulsionam compras não planejadas ou realizadas por impulso, podendo provocar desequilíbrios orçamentários e financeiros, ou até mesmo superendividamento. Convém, então, estar atento aos atrativos do marketing sedutor e ao compromisso com o cumprimento do planejamento financeiro pessoal ou familiar
Orçamento Deficitário	É comum encontramos pessoas desejando e usufruindo um padrão de vida acima do padrão de renda que possuem. As facilidades determinadas pelo crédito fácil propiciam um excesso de compras a prazo que, muitas vezes, comprometem a situação financeira das famílias. Cuidar do orçamento familiar de forma a estar sempre superavitário deve ser uma constante busca de todos nós. Portanto, é fundamental colocarmos em prática o que aprendemos sobre a elaboração do orçamento.
Redução de renda sem redução de despesas	Essa é outra questão importante a ser avaliada, podendo ser a porta da entrada para o endividamento excessivo. A perda de emprego ou de parte da renda familiar sem a devida redução nas despesas pode, facilmente, levar uma família ao endividamento excessivo. Portanto, ao deparar-se com uma redução de renda, é fundamental fazer uma cuidadosa revisão do orçamento pessoal e familiar, adequando as despesas à nova realidade.
Despesas Emergenciais	Imprevistos acontecem. Um defeito ou uma batida no veículo, ou problemas de saúde na família são exemplos corriqueiros. Entretanto, nem sempre estamos preparados financeiramente para superar esses obstáculos. Logo, fazer uma poupança para cobrir eventualidades é um importante cuidado para você não cair no endividamento. Outra forma de tratar as despesas emergenciais é por meio da prevenção, fazendo um seguro. Esse assunto será abordado mais à frente.

Natureza da Dívida	Descrição
Separação dos Bens, mas não dos gastos	Muitos casais, ao terminarem o relacionamento, separam-se e dividem os bens que possuíam. Alguns gastos que eram únicos ao casal, como contas de água, luz, condomínio etc., agora têm de ser pagos de forma individual. Ou seja, enquanto antes existia uma conta de condomínio, agora existem duas. Por outro lado, a receita também mudou. Agora cada um tem a sua renda. Eventualmente pode haver, inclusive, o pagamento de pensão alimentícia. Obviamente, ambos têm de se ajustar a essa nova realidade financeira para evitar o endividamento.
Pouco conhecimento financeiro	O fato de as pessoas desconhecerem produtos financeiros é também determinante para que fiquem endividadas. Não conhecer o impacto que o pagamento de juros pode causar no orçamento pessoal e familiar e a não leitura dos contratos firmados são situações que contribuem efetivamente para o processo de endividamento

Fonte: Banco Central do Brasil, 2013. Elaborado pelo autor

Em se tratando do endividamento do servidor público brasileiro, objeto do presente trabalho, o depoimento extraído do trabalho de Leão; Fernandes e Martins (2016) é esclarecedor:

A gente compra uma coisa, compra outra, é um remédio... Aí quando a gente pensa que não, a conta está lá em cima, né? Mas é coisa do dia-a-dia, não é nada grave... Eu comprei muita coisa no cartão e agora, esse mês mesmo, eu não paguei o cartão... Está lá, correndo juros... Compra eu e minha filha, nem eu tive dinheiro nem ela para pagar... Foi um valor alto, uns três mil reais

Nesse trecho a sevidora manifesta claramente o seu desconhecimento a respeito das taxas de juros que são aplicadas no cartão de crédito. Esse tipo de dívida se encaixa no item “pouco conhecimento financeiro” do Quadro 1.

Já o depoimento abaixo trata do endividamento de outra natureza, contraído por uma servidora pública:

Eu acho que devo ter... Uns dez empréstimos... [...] Nascimento de neto, gravidez inesperada de minha filha, ajeitar para botar em uma casa para casar, entendeste? Aluguel, móvel, essas coisas, então, como nunca tive uma reserva, aí tudo isso gera né... E a facilidade, porque quando você encontra facilidade... Esse consignado é uma facilidade, não é?... Aí é que você cai de cabeça mesmo, entendeu? (LEÃO; FERNANDES; MARTINS, 2016).

Relacionando o depoimento acima com o Quadro 1, podemos verificar que se encaixa em dois tipos de endividamento: “orçamento deficitário”, já que o consumidor não reúne condições para cobrir as suas despesas em dia e mesmo assim continua mantendo o mesmo padrão de consumo inconsequente; e “despesas emergenciais”, quando a entrevistada menciona o nascimento do neto, a preocupação em oferecer as melhores condições de nascimento mesmo sabendo que sua condição financeira encontra-se caótica.

2.2 A REFORMA BANCÁRIA E O PAPEL DAS FINTECHS

A estrutura atual do sistema bancário brasileiro é resultado, em boa medida, das modificações institucionais ocorridas desde a reforma de 1965, passando pela reforma de 1988 (criação dos bancos múltiplos) e, mais recentemente, pela diminuição nas barreiras legais à entrada dos bancos estrangeiros no país e pelas mudanças observadas na conjuntura econômica brasileira (PAULA, 1998).

A reforma bancária de 1965 instituiu um sistema inspirado no modelo norte-americano, baseado no princípio de especialização e segmentação do mercado financeiro. Esta segmentação foi instituída através da especialização das funções das instituições financeiras e da vinculação da captação com a aplicação de recursos (PAULA, 1998). A partir disso várias instituições financeiras se segmentaram em diferentes nichos, realizando investimentos e adquirindo clientes por meio de serviços específicos conforme apresentado a seguir:

No decorrer dos anos formaram-se vários conglomerados financeiros, normalmente encabeçados por um banco comercial, englobando, além desse, banco de investimento, financeira, sociedade de crédito imobiliário (SCI), empresa de *leasing*, distribuidora e corretora de valores, companhia de seguro. Em paralelo com a conglomeração financeira de fato, as reformas resultaram, na década de 70, na criação de um variado conjunto de instituições financeiras não-monetárias, com importante participação no total do crédito no Brasil, acompanhado de um expressivo crescimento dos ativos financeiros não-monetários, como as cadernetas de poupança, ORTNs¹, letras de câmbio, depósitos a prazo fixo etc (PAULO, 1998, p.3-4).

1 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, título público federal emitido com a característica de pagar remuneração acrescida de correção monetária. Disponível em <<http://www.lefisc.com.br/indexadores/ortn.htm>> acesso em 10 de Dezembro de 2019.

Por meio da Resolução do CMN² n° 1.524 de 1988, foi realizada uma nova reforma bancária no Brasil, desregulamentando o sistema financeiro e colocando um fim na compartimentação legal que existia até então, através da extinção da exigência da carta patente e criação dos bancos múltiplos. Esta reforma adaptou o marco legal à realidade institucional do sistema financeiro brasileiro, uma vez que os grandes conglomerados financeiros já atuavam na prática como instituições múltiplas, ainda que com uma empresa jurídica e contabilidade própria para cada carteira específica (PAULO, 1998). Substituíam-se, assim, o modelo segmentado de mercado, inspirado no sistema financeiro anglo-saxão, pelo modelo de banco universal, de inspiração alemã.

A reforma de 1988 permitiu que os bancos comerciais, de investimento ou de desenvolvimento, as SCFI³ e as SCI⁴ se reorganizassem como uma única instituição financeira – os bancos múltiplos, que para ser criada deve ter no mínimo duas carteiras, sendo que uma delas tem que ser obrigatoriamente comercial ou de investimento. As carteiras que podem compor um banco múltiplo são:

- a) comercial;
- b) investimento e/ou de desenvolvimento (exclusiva para os bancos estaduais);
- c) crédito imobiliário;
- d) crédito, financiamento e investimento;
- e) arrendamento mercantil (responsável pelas operações de leasing).

2 Conselho Monetário Nacional.

3 Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento.

4 Sistemas Contábeis Integrados.

A partir de então, cai a vinculação entre as fontes de captação de recursos e suas aplicações, a não ser aquelas previstas por legislação específica, aumentando assim a faixa livre das operações ativas (PAULO, 1998).

Tal reforma promoveu o aparecimento e diversificação de bancos menores, enquanto as tradicionais instituições financeiras perderam espaço e relevância no mercado financeiro.

Inicialmente, a Resolução nº 1.289, de março de 1987, estabeleceu as normas para as aplicações em fundos de renda variável, no país, de residentes ou domiciliados no exterior, através da constituição das Sociedades de Investimento/Capital Estrangeiro, dos Fundos de Investimento/Capital Estrangeiro, Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, regulamentados, respectivamente, em seus Anexos I, II e III. Apesar da existência de uma legislação específica, a agilidade operacional na constituição e movimentação dos recursos externos no país era dificultada por uma série de regras de composição das carteiras e de diversificação de risco (PAULO, 1998).

Por fim, o governo procedeu uma mudança radical na sua política sobre a permissão de entrada do capital estrangeiro no setor bancário brasileiro. Apesar das restrições legais existentes à penetração de capital estrangeiro, o governo criou um artifício previsto nas disposições transitórias da Constituição de 1988, através da Exposição de Motivos nº 3116, de 23/8/95, que permite que o Presidente da República em caráter excepcional possa autorizar caso a caso a entrada de bancos estrangeiros no país.

Desde então o governo tem permitido uma entrada significativa de instituições estrangeiras no mercado brasileiro, indo ao encontro do movimento recente de expansão internacional por parte dos grandes grupos financeiros em busca de novos mercados para

suas atividades, resultado das transformações profundas que acometem o sistema financeiro internacional (PAULO, 1998).

As mudanças durante essa década trouxeram maior diversidade de instituições financeiras, promovendo maior especialização de serviços para diferentes camadas da sociedade, e novos tipos de investimentos disponíveis para diferentes bolsos e clientes. É nesse cenário que se consolidam as *fintechs*, entendidas como tecnologias inovadoras aplicadas a diversos segmentos, nesse trabalho estando concentradas as suas modalidades nos serviços financeiros (CRISHTI; BARBERI, 2017).

Afinal, a

disponibilidade tecnológica regulatória e a vasta oportunidade de expandir aliados ao baixo custo de operação em serviços financeiros básicos possibilitaram a criação e ampliação da proposta de valor oferecida a esses novos clientes, com diferentes necessidades. (OLIVEIRA *et al*, 2019, pp2)

Caracterizadas como um novo universo de *startups* de serviços financeiros 100% *online*, as *fintechs* se diferenciam pelo atendimento diferenciado à demanda do público digital, oferecendo uma nova experiência na contratação e utilização de serviços financeiros, sem contar com a expressiva redução do custo bancário e de crédito, por meio da oferta de taxas menores (OLIVEIRA *et al*, 2019).

Segundo o *Fintech Report 2017*, o Brasil possui por volta de 250 instituições financeiras no modelo *fintech*, divididas entre os serviços de pagamento (32%), gestão financeira (18%) e empréstimos (13%), tendo os investimentos em tais empresas crescido mais de 70% em 3 anos.

O avanço do uso e consumo de tecnologias é o pano de fundo para o avanço das *fintechs* no mercado nacional. Contrariando a forma tradicional de oferecer serviços financeiros aos consumidores, aplicativos de operadoras de cartão de crédito auxiliam, por

exemplo, no controle de gastos, notificam movimentações estranhas ou são capazes de atender o cliente 100% online. Tais ferramentas são importantes na perspectiva de informar ao consumidor e conscientizá-lo sobre o consumo consciente de serviços financeiros (FARIAS, 2018).

2.3 COMPORTAMENTO DE CONSUMO, ACESSO AO CRÉDITO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Uma vez que o ato de consumir perpassa a fronteira das necessidades materiais e econômicas,

[...] os bens podem servir, entre muitas outras coisas, para demarcar fronteiras sociais, para distinguir e hierarquizar, para reafirmar, negar, ou esconder o pertencimento a um grupo social, como reforço à autoestima, ou como forma de celebrar amizade e parentesco. (ROCHA; SILVA, 2009, p.26)

Segundo Solomon (2011), os gastos e comportamento econômico do consumidor envolvem principalmente duas características: em primeiro lugar, a compreensão sobre as atitudes do indivíduo frente ao dinheiro, no sentido da tendência em economizar, gastar moderadamente ou gastar exageradamente; e em segundo lugar, sobre a confiança do consumidor diante da economia e seus desdobramentos. Esse contexto impacta, sobretudo, nas decisões sobre "comprar agora" ou "deixar para depois".

O consumo tem papel de apropriação, a partir do momento em que estruturam-se propriedades simbólicas de valor social que o legitimam (BORDIEU, 1979). Ao se atribuir valor social às coisas, o consumo excessivo, ou consumismo, torna-se natural. O modo de produção em larga escala, com baixo custo e alto preço final, além do acesso simplificado a certos itens e grande apelo de mídia formaram o ambiente ideal para que o

indivíduo desenvolvesse novas e ilimitadas necessidades de consumo associadas a *status* e prazer (VIEIRA, 2012).

Ariely (2008) trata a questão do consumo como algo entre a gratificação imediata – aquela em que uma compra é realizada para satisfazer um impulso; e a gratificação adiada – esta custando tempo e dinheiro poupado.

Em paralelo, Guimarães e Júnior (2015) afirmam que o processo de expansão do crédito foi de vital importância para a ampliação dos níveis de consumo no país. Esse processo teve como motivação um cenário de emprego e renda em alta, viabilizados tanto pela estabilidade e crescimento da economia quanto pelas políticas de redistribuição de renda (política de valorização do salário-mínimo e programas sociais de transferência de renda). Adicionalmente, mudanças institucionais relevantes deram impulso suplementar às operações de crédito bancário, tornando-as mais seguras do ponto de vista do emprestador de recursos, tendo como exemplo a introdução do crédito por consignação.

Diante de um panorama otimista da economia com a expansão do mercado de crédito e de trabalho, Guimarães e Júnior (2015) relatam que

o crescimento do número da abertura de contas-correntes, da emissão de cartões de crédito, do acesso e do uso de serviços financeiros etc. Estima-se, de acordo com Febraban (2013), que, ao fim de 2013, o Brasil contava com 103 milhões de contas-correntes (crescimento nominal de 6% em relação a 2012), 125 milhões de contas poupança (alta de 12% relativamente a 2012) e 825 milhões de cartões de crédito (alta de 9% perante 2012). Houve, portanto, aumento da inclusão financeira no Brasil (pp.122).

Assim, inicialmente a expansão do crédito para pessoa física foi liderada no Brasil pelos bancos privados, principalmente nos financiamentos destinados ao consumo. Porém, a partir de 2011, com a crise financeira internacional e o crescimento da aversão ao risco em escala global, os bancos públicos assumiram o papel de liderar a expansão do crédito.

Com essas condições favoráveis no mercado, as famílias aumentaram sua capacidade de endividamento, não necessariamente ampliando sua educação financeira, que surge como resposta para orientar a tomada de decisão de consumo, informando sobre os serviços financeiros ofertados, orientando sobre necessidades e desejos de consumo e sobre a necessidade de poupar, analisar financiamentos, juros, investimentos e rendimentos. Por consequência, o consumismo torna-se uma componente cultural com gratificação de curto prazo enraizada na vida do brasileiro médio (SOUZA; TORRALVO, 2008).

Conceitualmente, a educação financeira pode ser entendida como o conjunto de informações que auxilia as pessoas a lidarem com as suas rendas, gerenciando o dinheiro, os gastos, empréstimos monetários, poupança e investimentos de curto e longo prazo (SILVA *et al*, 2018).

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007) *apud* Souza (2015, p. 28), educação financeira é um processo que acontece quando ocorre a conscientização do indivíduo por meio do desenvolvimento de habilidades que auxiliam na tomada de decisões referentes à gestão financeira pessoal. Assim, o indivíduo sente-se mais integrado à sociedade, sobretudo quanto ao uso eficiente de seu dinheiro e o impacto disso em seu próprio bem-estar.

Nessa perspectiva, Alves (2016) indica que a educação financeira pode ser associada à qualidade de vida e ao crescimento econômico. Sua importância é refletida em todas as dimensões, seja para o indivíduo, para as famílias ou para o conjunto da população, tendo em vista que uma sociedade mais educada pode garantir mais estabilidade ao sistema financeiro em decorrência de suas atitudes.

Matta (2007) aponta que o surgimento da educação financeira se dá como uma solução para questões ligadas a tomada de decisões frente a serviços financeiros disponíveis ao indivíduo, mesmo em um cenário de anseio por bens de consumo e desejo por satisfação de necessidades individuais.

Para Alves (2016), há uma associação direta entre educação financeira, qualidade de vida e crescimento econômico, dada sua importância tanto na dimensão do indivíduo quanto numa perspectiva geral – afinal, em última análise, uma sociedade educada financeiramente garante maior estabilidade ao sistema financeiro nacional.

Os consumidores que constroem um hábito de orçamento mensal, poupam dinheiro para futuros investimentos, adotam uma postura de cautela em caso de imprevistos e identificam se o orçamento individual ou familiar está sendo extrapolado, relacionando mensalmente as despesas obrigatórias com a receita disponível. Neste orçamento é necessário estabelecer as despesas obrigatórias, vinculando-as com o que se tem disponível. Assim, os desejos momentâneos não levam a um desequilíbrio financeiro.

O avanço das *fintechs*, como descritas anteriormente nesse capítulo, tornou-se cenário frutífero para a inclusão da educação financeira em larga escala junto aos consumidores brasileiros de produtos financeiros diversos. Para Dahr e Stein (2017), a plataforma sobre a qual as *fintechs* se apoia está baseada em Tecnologia, Processos de Negócios e Acesso Aberto. Assim, a popularização do consumo de aparelhos eletrônicos, como notebooks, tablets e celulares, torna-se vetor fundamental para a adesão de novas tecnologias e acesso ampliado às informações – incluindo a conscientização para a educação financeira.

Para BUAES (2015), a desorganização financeira ocorre na vida dos indivíduos em razão de questões pessoais, como divórcios, acidentes, perda de emprego e doenças. Existem também muitas outras razões que levam ao descontrole financeiro, por exemplo:

a) A falta de planejamento das compras e descontrole das despesas; b) O uso excessivo do cartão de crédito, do cheque especial e de financiamentos ou empréstimos; c) A falta de conhecimento dos mecanismos de crédito (pagamento da parcela mínima do cartão de crédito, uso do cheque especial sem saber o custo, realização de empréstimos ou financiamento sem planejamento); d) A redução da renda em razão do comprometimento com compras parceladas ou financiamentos e empréstimos (BUAES, 2015, p.61).

Ao adquirir qualquer produto por meio do crédito, cria-se a expectativa de que o cliente que está parcelando ou pagando à vista pagará essas dívidas contraídas dentro do prazo. Porém, adversidades podem aparecer e comprometer o orçamento desse consumidor, levando a prejuízos pessoais e sofrimento físico e/ou psicológico (HENNIGEN, 2012).

No caso brasileiro, a estabilidade financeira conquistada após o Plano Real veio acompanhada de crédito facilitado e ampliação do consumo, sem que houvesse adequada orientação ou informação sobre as atividades financeiras e suas consequências. Assim, não logrando êxito em conter os gastos da população, a academia passou a apresentar discussões a respeito do endividamento e da educação financeira, buscando estimular o consumo saudável e incentivar a poupança e os investimentos.

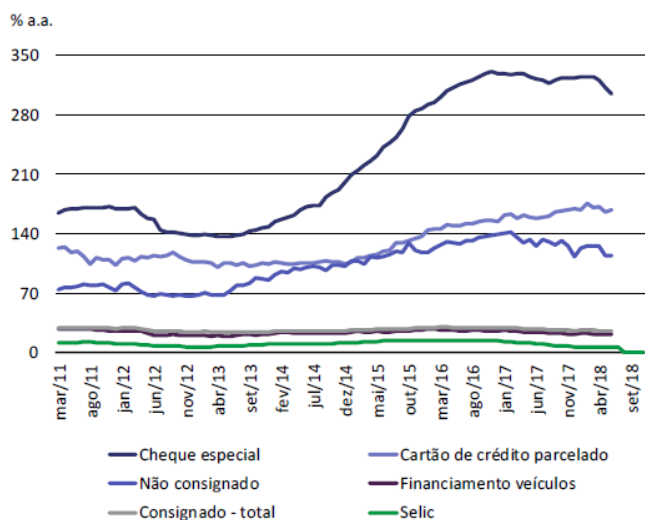
2.4 ENDIVIDAMENTO COM CRÉDITO CONSIGNADO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO

A Lei 8112/90 e o Decreto 8.690/2016 regulamentam o desconto em folha do crédito consignado entre os servidores federais. Já os militares, servidores do legislativo, do judiciário e outras categorias do serviço público estadual e municipal apresentam regulamentações próprias (BCB, 2018). De modo geral, os servidores públicos podem comprometer atualmente até 35% da remuneração com empréstimos com desconto em folha, limite que anteriormente era de 30%. Tal incremento se refere, exclusivamente, ao pagamento de despesas com cartão de crédito, de modo a reduzir o comprometimento com essa linha, mais cara (BRASIL, 2015).

Os servidores públicos, seja da União, dos Estados ou dos Municípios, já deviam R\$ 180,2 bilhões aos bancos na modalidade de crédito consignado, de acordo com dados do Banco Central do Brasil (2018). Assim, em média, os membros da administração pública contratam, diariamente, R\$ 26,8 milhões em financiamentos com desconto em folha e devem, em média, R\$ 15,7 mil cada um.

Comparado ao setor privado, servidores públicos devem quase 10 vezes mais que os empregados assalariados – esses com um saldo de R\$ 19 bilhões em empréstimos consignados com instituições financeiras. Nos cinco primeiros meses do ano de 2018, empregados com carteira assinada tomaram R\$ 602 milhões em operações desse tipo, uma média diária de R\$ 3,9 milhões, ou quase sete vezes menos que o contratado por funcionários públicos (TEMÓTEO, 2018). Dentre os principais atrativos da contratação desse tipo de financiamento pelos servidores públicos destaca-se a atratividade das taxas de juros ofertadas, conforme apresentado no Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1: Evolução das taxas de juros médias em operações de crédito



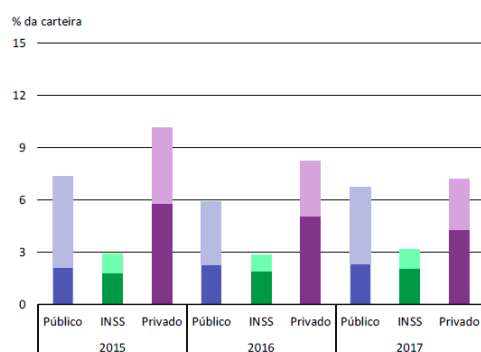
Fonte: Banco Central do Brasil (2018)

Os servidores públicos são favorecidos por juros mais baixos na hora de contratar um crédito consignado. A taxa média mensal chega a 1,8% e, ao ano, a 23,6%. Para trabalhadores do setor privado, o custo do financiamento é maior e chega a 2,8% mensais. No ano, os juros cobrados dos assalariados com carteira assinada alcançam 40,1% (TEMÓTEO, 2018).

Além disso, a flexibilidade quanto ao prazo de pagamento do crédito consignado é também um ponto importante, já que podem ser quitados em até 72 parcelas mensais (BRASIL, 2014).

Já quando se trata de inadimplência entre os servidores públicos, o percentual de dívidas atrasadas em mais de 90 dias chegou a 2,4% em maio de 2018, enquanto que entre trabalhadores do setor privado essa parcela foi de 4,1%. O Gráfico 2, abaixo, compara a inadimplência do crédito consignado entre servidores ativos, aposentados e trabalhadores do setor privado.

Gráfico 2: Evolução da inadimplência no crédito consignado



Fonte: Banco Central do Brasil (2018)

De um modo geral, o endividamento do brasileiro envolve múltiplas modalidades de crédito, tais como

(...) cartão de crédito, cheque especial, empréstimos pessoais, financiamento imobiliário, financiamento de automóveis, carnês de lojas, etc. Além desses, ainda é possível antecipar o 13º salário e a restituição do Imposto de Renda (CAVALCANTE, 2017, p. 24).

Mais especificamente no caso do servidor público, Cavalcante (2017) destaca que o endividamento decorre da facilidade em acessar os meios de obtenção de crédito – já que, para as instituições financeiras, o emprego público é sinal de garantia de renda, levando os riscos de inadimplência a menores patamares. Isso impacta dos hábitos de consumo desses indivíduos, elevando o grau de endividamento e o tempo de comprometimento da renda com o pagamento de dívidas. Corroborando essa teoria, Souza (2015, p. 17) relata que a facilidade de obtenção de créditos pelos servidores públicos os leva a um nível de endividamento superior, gerando inadimplência e comprometendo outros aspectos de sua renda.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza-se de uma abordagem quantitativa, de caráter objetivo, focalizado e estruturado. Baseada em dados quantitativos e técnicas de análise dedutivas, a pesquisa encontra-se orientada pelos resultados (MARTINS; TEÓPHILO, 2009) encontrados a partir dos dados colhidos no *locus* de pesquisa.

Quanto aos meios e à finalidade, o estudo caracterizou-se como pesquisa de campo, pois “*procura expor características de determinada população ou de determinado fenômeno*” (VERGARA, 2009, p. 45). Para a coleta de dados foram utilizadas a análise documental e pesquisa telematizada, com dados oficiais emanados da área de Gestão de Pessoas da SEEDF.

Do ponto de vista da estratégia metodológica, a pesquisa adota o estudo de caso único, centrado nos servidores públicos estaduais ativos do Distrito Federal, mais especificamente lotados na Secretaria de Estado de Educação. Tal escolha privilegia o entendimento de Yin (2009) quanto a investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo, em profundidade e em seu contexto de vida real, com rigor metodológico no que se refere à descoberta de evidências.

3.1 UNIDADE DE ANÁLISE: A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Enquanto parte integrante do Governo do Distrito Federal (GDF), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) tem como missão declarada

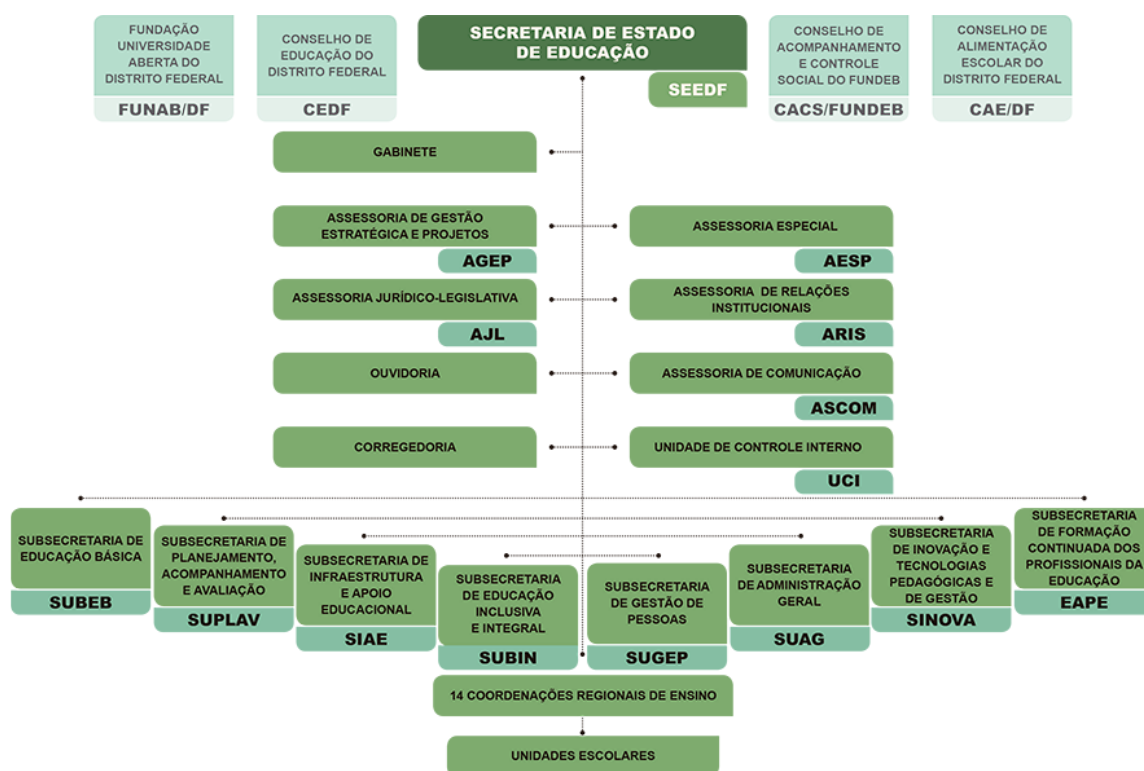
Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes.⁵

Disposta a ser referência nacional na prestação de serviços educacionais de qualidade, a SEEDF preconiza como valores centrais a qualidade, a democratização, transparência, parceria e descentralização nos atos da gestão, bem como a equidade na oferta de educação pública, coerência e ética, privilegiando o compromisso com a educação e com os direitos humanos.

Quanto a sua estrutura hierárquica, a SEEDF é representada pela estrutura a seguir:

⁵ **Fonte:** Site da SEEDF, disponível em <http://www.se.df.gov.br/a-secretaria/>

Figura 1: Organograma da SEEDF



Fonte: Site da SEEDF, disponível em <http://www.se.df.gov.br/1305-2/>

Em termos de emprego de mão de obra, e considerando somente servidores ativos, a SEEDF concentra em torno de 3% do número total de servidores públicos do Distrito Federal.

Gráfico 3: Servidores ativos em educação no GDF

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Quanto ao gênero, as mulheres são maioria na SEEDF, ocupando atualmente em torno de 74% dos postos de trabalho existentes.

Gráfico 4: Servidores ativos em educação no GDF – distribuição por gênero

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Finalmente, quanto às categorias funcionais, os servidores da SEEDF estão agrupados em 6 profissões específicas: Técnicos, Porteiros, Professores, Secretários, Pedagogos e Monitores. Nessa estratificação são os Professores esmagadora maioria, com quase 87% dos postos de trabalho em atividade como apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Servidores ativos em educação no GDF – distribuição por categoria profissional

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

A partir desse cenário funcional, foram delimitados os sujeitos de pesquisa por sua relevância, conforme descrito na próxima seção.

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A presente dissertação concentrou-se no estudo do endividamento entre os servidores públicos da SEEDF, mais especificamente pelo uso do modelo de empréstimo consignado. Assim, os critérios de seleção de sujeitos considerados para estudo levaram em conta:

- a) servidores públicos efetivos, ativos e lotados na SEEDF;
- b) servidores que possuíam, entre 2016 e 2018, algum tipo de crédito consignado em folha de pagamento;

Quanto à delimitação temporal, foram analisados os dados compreendidos entre os anos de 2016 e 2018, permitindo uma análise da evolução da adesão dos servidores à modalidade de crédito considerada, bem como a escalada do montante contratado pelos mesmos.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Os dados da presente dissertação foram acessados com autorização da Instituição (Anexo A) através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Sua transformação em informações relevantes à pesquisa foi estruturada pela Diretoria Acompanhamento e Apoio ao Servidor - DISER, pelo Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos - SIGRH e pela Gerência de Sistematização e Análise de Informações para a Gestão – GSAIG, todos subordinados a Subsecretaria de Gestão de Pessoas do Distrito Federal.

Os dados coletados por meio do SEI foram levantados visando identificar o nível de acesso dos servidores da SEEDF ao crédito consignado e seu grau de endividamento com essa modalidade de financiamento.

Quanto a categorização dos dados levantados, estes foram estratificados por:

- a) gênero: masculino e feminino,
- b) categoria funcional: técnicos, porteiros, professores, secretários, pedagogos e monitores;
- c) adesão (ou não) ao crédito consignado
- d) montante, em reais, de valores consignados em 2016, 2017 e 2018.

Uma vez coletados os dados da amostra, os mesmos foram tratados estatisticamente de modo a embasarem uma análise descritiva dos dados dos servidores SEEDF sobre uso do empréstimo consignado, permitindo inferências sobre o grau de endividamento médio desse servidor e possíveis soluções para ampliação dos níveis de educação financeira desse público em específico.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os achados de campo da pesquisa engendrada, colocando-os primeiramente de forma genérica diante da temática do crédito consignado e, em seguida, aprofundando-os com relação aos sujeitos de pesquisa delimitados no capítulo anterior.

A seguir, são feitos paralelos entre o referencial teórico utilizado e as evidências encontradas, buscando corroborar – ou confrontar – as teorias recentes com o que, de fato, acontece no campo de pesquisa considerado nesse trabalho.

Em um primeiro momento, o estudo do endividamento com crédito consignado entre os servidores da SEEDF requer o levantamento de um panorama geral desses servidores, a fim de que se possa sistematizar o endividamento entre essa classe de trabalhadores. Assim, foram analisados dados do SEI entre 2016 e 2018 no que tange à consignação, tendo como resultados gerais as Tabelas 1 e 2 apresentadas a seguir.

Tabela 1: Evolução do empréstimo consignado entre servidores ativos da SEEDF – triênio 2016-2018

		ATIVOS								
		2016			2017			2018		
		EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO		
		COM		SEM	COM		SEM	COM		SEM
		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR	
FEMININO	SERVIDORES GERAIS	493	R\$ 399.221,17	306	493	R\$ 414.829,08	203	499	R\$ 256.102,46	104
	PORTEIROS	215	R\$ 173.118,96	157	221	R\$ 182.235,91	101	218	R\$ 112.617,63	75
	MONITORES	128	R\$ 102.343,44	130	131	R\$ 109.326,97	121	131	R\$ 76.255,61	131
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	569	R\$ 605.269,72	433	582	R\$ 639.414,65	362	568	R\$ 379.069,94	444
	DOCENTES	11957	R\$ 14.897.161,14	9090	12094	R\$ 15.678.159,65	7767	12148	R\$ 9.243.221,21	7701
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	395	R\$ 456.162,35	277	394	R\$ 458.179,68	259	387	R\$ 269.128,04	273
MASCULINO	SERVIDORES GERAIS	14	R\$ 10.303,50	7	14	R\$ 12.095,18	5	13	R\$ 9.846,40	5
	PORTEIROS	91	R\$ 74.510,40	39	91	R\$ 81.060,86	29	87	R\$ 45.393,54	21
	MONITORES	140	R\$ 114.222,73	90	133	R\$ 115.445,72	93	132	R\$ 74.539,11	91
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	463	R\$ 479.806,41	299	466	R\$ 490.774,28	255	465	R\$ 291.638,01	323
	DOCENTES	3667	R\$ 4.160.436,65	3126	3692	R\$ 4.382.353,79	2948	3678	R\$ 2.839.038,70	2989
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	24	R\$ 27.571,07	23	28	R\$ 33.315,83	17	31	R\$ 20.634,17	18

Fonte: SIGRH/GSAIG/DISER. Elaborado pelo autor.

Tabela 2: Evolução do empréstimo consignado entre servidores inativos da SEEDF – triênio 2016-2018

		INATIVOS								
		2016			2017			2018		
		EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			EMPRÉSTIMO CONSIGNADO		
		COM		SEM	COM		SEM	COM		SEM
		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR	
FEMININO	SERVIDORES GERAIS	689	R\$ 497.304,90	81	680	R\$ 498.652,95	174	665	R\$ 302.777,45	270
	PORTEIROS	665	R\$ 464.731,05	286	654	R\$ 471.539,81	324	634	R\$ 266.390,02	354
	MONITORES	0	R\$ 0,00	0	0	R\$ 0,00		0	R\$ 0,00	0
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	407	R\$ 430.942,64	146	398	R\$ 433.258,37	198	395	R\$ 250.830,39	232
	DOCENTES	8075	R\$ 11.021.631,27	5765	7980	R\$ 11.324.910,94	6966	7750	R\$ 6.409.570,31	8112
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	169	R\$ 183.416,63	125	169	R\$ 194.235,07	139	160	R\$ 121.502,25	167
MASCULINO	SERVIDORES GERAIS	19	R\$ 13.754,10	7	20	R\$ 16.197,02	5	20	R\$ 8.473,46	5
	PORTEIROS	107	R\$ 84.291,70	44	109	R\$ 85.726,17	46	100	R\$ 46.626,46	57
	MONITORES	1	R\$ 581,00	2	0	R\$ 0,00	3	0	R\$ 0,00	4
	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	176	R\$ 173.716,68	41	183	R\$ 193.040,32	68	184	R\$ 109.973,44	87
	DOCENTES	1104	R\$ 1.450.752,45	1127	1095	R\$ 1.480.678,35	1306	1061	R\$ 879.736,89	1442
	PEDAGOGOS-ORIENTADORES	11	R\$ 9.744,99	8	7	R\$ 3.657,77	12	8	R\$ 46.626,46	11

Fonte: SIGRH/GSAIG/DISER. Elaborado pelo autor.

Quanto a evolução do quadro de pessoal, nota-se a partir dos Gráficos 6 e 7 que houve um esvaziamento da SEEDF no período considerado, fruto do ingresso de servidores na categoria “inativo” sem que se verificasse reposição no quadro ativo da Secretaria. Ao final do triênio temos, portanto, um total de 30532 servidores ativos para 21718 inativos.

Gráfico 6: Evolução do quadro de pessoal ativo na SEEDF no triênio 2016-2018

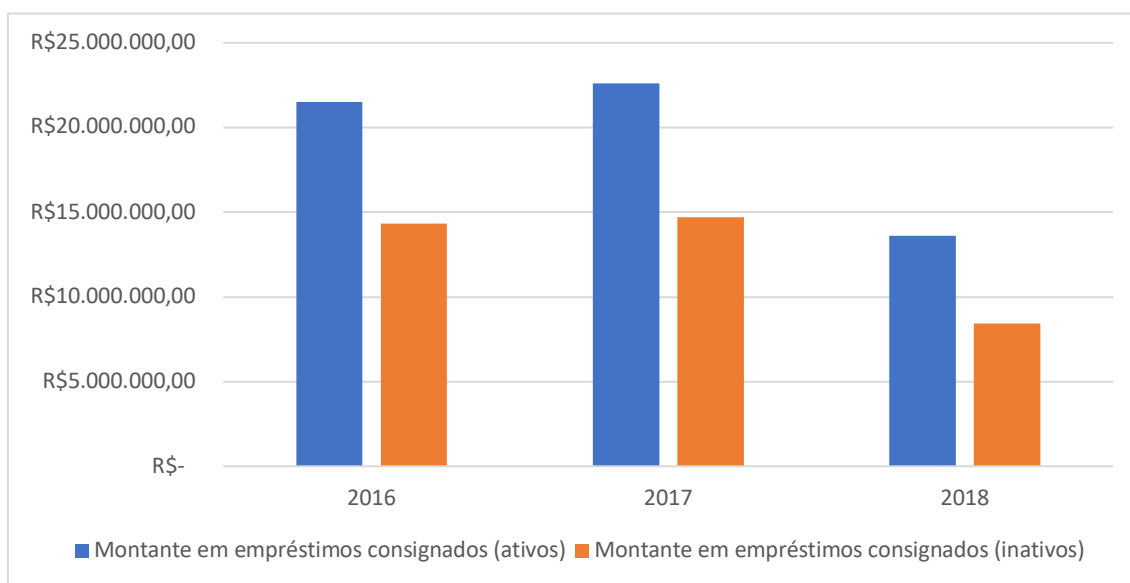
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Gráfico 7: Evolução do quadro de pessoal inativo na SEEDF no triênio 2016-2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Já quanto a evolução dos montantes consignados, é possível perceber, nos 2 grupos, uma leve ampliação do crédito entre 2016 e 2017, acompanhada de forte tendência de queda em 2018, encerrando o período com um volume de R\$ 22.062.009,95 em descontos em folha dos servidores (ativos e inativos) da SEEDF. O Gráfico 8, a seguir, apresenta esse panorama:

Gráfico 8: Evolução dos montantes consignados na SEEDF no triênio 2016-2018



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Esse desempenho mais fraco em 2018 pode ser explicado, em parte, pelo momento de turbulência política e incerteza econômica no país, que saía de um governo de transição pós-*impeachment* para uma eleição direta de forte polarização. Consoante a isso, em dezembro de 2018 a Instrução Normativa 100/INSS (BRASIL, 2018) altera as regras do empréstimo consignado vigentes há 10 anos, instituindo, entre outros, uma ampliação na margem consignável dos antigos 30% para 35% do rendimento bruto do servidor – sendo esses 5% de aumento reservados ao cartão de crédito consignado.

Diante da questão de gênero, as mulheres, maioria entre os servidores ativos e inativos, também segue na liderança absoluta entre o montante contratado, em nível

levemente superior ao percentual nominal do sexo feminino entre os servidores ativos e inativos. Esse resultado é demonstrado pelo Gráfico 9, a seguir:

Gráfico 9: Distribuição média de servidores da SEEDF, por gênero, no triênio 2016-2018 x montante médio contratado em consignações

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Nessa direção, um olhar generalista aponta que homens e mulheres apresentaram comportamento de consumo bastante semelhante com relação a tomada de crédito consignado na SEEDF. Tendo esse trabalho foco específico nos servidores ativos, foi possível observar que a decisão por consumir o empréstimo consignado é mais frequente entre as mulheres, com leve predominância em relação aos homens como ilustra o Gráfico 10:

Gráfico 10: Decisão de consumo do empréstimo consignado entre os servidores ativos da SEEDF, por gênero

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Avançando mais profundamente a respeito da adesão ao crédito consignado entre os servidores ativos da SEEDF, é interessante sua segmentação quanto a categoria profissional como demonstrado no Gráfico 11, a seguir:

Gráfico 11: Evolução do empréstimo consignado entre os servidores ativos da SEEDF, por categoria profissional:

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

As colunas mostram uma elevada predominância da categoria docente, ao longo do período considerado, com relação ao montante de crédito consignado, chegando à marca dos R\$ 20 milhões no ano de 2017. Interessante inferir, por exemplo, que

empiricamente é possível atribuir à classe docente um grau mais elevado de acesso ao conhecimento (fruto das atribuições próprias da profissão) e, porque não, à educação financeira. Os dados coletados, contudo, contradizem tal premissa. Assim, em termos práticos, há que se considerar prioritariamente essa classe profissional ao planejar ações institucionais de treinamento e conscientização quanto a educação financeira e uso racional do crédito.

O Gráfico 12 demonstra essa prevalência, em termos percentuais médios, para fins de ilustração:

Gráfico 12: Percentual de consignações por categoria profissional entre servidores ativos da SEEDF no triênio 2016-2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da SIGRH/GSAIG/DISER

Do ponto de vista institucional, A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal possui caráter de ensino, de educação formal, de difusão do conhecimento. Desse modo, os servidores da classe docente exercem protagonismo e devem, portanto, ser alvo constante de capacitação e reciclagem – tanto em termos de conteúdos técnicos quanto

comportamentais e de qualidade de vida, segmento esse onde a educação financeira se insere.

Nesse contexto, há que se considerar como um dos fatores de adesão ao crédito consignado o assédio das instituições financeiras, como descrito por Oliveira (2015), que vêem nesses servidores um grupo que apresenta baixo risco de crédito, seja pela estabilidade no trabalho ou pelo nível de renda acima da média da população brasileira. De fato, Ricardo e Lara (2016) afirmam que, a partir da década de 2000, uma das modalidades de crédito que sofreu grande expansão foi justamente a do crédito consignado.

Por outro lado, em se tratando de profissionais que, de modo direto ou indireto, têm a educação como área-fim, há que se considerar o potencial das *fintechs* como ferramentas de informação e educação financeira acessíveis a esse público e facilmente replicáveis, como descrito por Farias (2018).

Em outra vertente, surge o desafio de conscientizar para a educação financeira um público que vê sua instituição sofrer uma defasagem em termos funcionais bastante expressiva no último triênio, ocasionando dentre outros a sobrecarga de trabalho – motivadora de descontentamento psicológico e, por vezes, físico. Revisitando a categorização proposta pelo Banco Central do Brasil (2013), tal cenário alerta para um aprofundamento quanto a natureza do endividamento desses profissionais, notadamente ao que tange às despesas emergenciais (com saúde, por exemplo), agregada ao pouco conhecimento financeiro. Nesse último item, cabe ressaltar ainda as questões culturais macro da relação “pacífica” do brasileiro com o endividamento, assim como relatado no trabalho de Souza e Torralvo (2008).

Diante desse panorama de oportunidades e desafios, a seção seguinte apresenta as considerações finais da pesquisa, bem como indica sugestões para futuros estudos sobre essa temática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ancorada na literatura referente ao consumo, crédito consignado e educação financeira de modo geral, utilizou-se do estudo de caso realizado na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para contemplar as características do uso dessa modalidade de crédito entre os servidores ativos no triênio 2016-2018.

Quanto ao objetivo central do trabalho, os principais achados se concentraram, primeiramente, na questão da evolução do montante de crédito contratado. Na prática, a expansão do crédito consignado defendida por Souza (2015) não foi verificada na prática, uma vez que os números auferidos demonstraram crescimento tímido nos dois primeiros anos, acompanhado de forte queda no último período.

Já quanto a questão de gênero, os números demonstraram ser o público feminino predominante na organização em todo o triênio. Contudo, em termos relativos, não foi provada a existência de relação entre gênero e predisposição ao crédito consignado entre os indivíduos contemplados pela pesquisa, sendo as mulheres timidamente mais frequentes na adesão por tal modalidade de financiamento.

O comparativo entre o comportamento de adesão ao crédito consignado entre servidores ativos e inativos revelou que os inativos aparentam maior cautela no uso do crédito, sendo os montantes contratados substancialmente menores que aqueles admitidos pelos servidores da ativa. Contudo, a tendência de crescimento e declínio na consignação permaneceu constante entre esses dois públicos.

Finalmente, em termos de categoria funcional, a predisposição ao endividamento por consignação é prerrogativa principal entre o grupo docente. Tal cenário apresenta-se,

por um lado, como oportunidade para desenvolvimento de ações institucionais voltadas à educação financeira e uso consciente do crédito, e por outro como desafio ao aprofundamento dessas informações, a partir de estudos qualitativos que revelem a natureza dos fatores que levam tais servidores ao contrato de consignação em folha.

Em um panorama geral, recomenda-se que a SEEDF aja institucionalmente promovendo programas e ações de conscientização e educação financeira contemplando toda a gama de servidores, porém com especial olhar para os docentes em atividade na organização.

Algumas sugestões referem-se ao uso da tecnologia como apoio a essas ações, conforme discutido do referencial teórico a partir do conceito das *fintechs*. Embora representem *startups* do setor financeiro, essas organizações, devido ao inovador modelo de negócios sobre o qual se sustentam, em geral disponibilizam gratuitamente ao grande público conteúdos didáticos sobre educação financeira facilmente replicáveis. O acesso à tecnologia, característico do setor educacional de modo geral, faz da SEEDF campo fértil para implantação de soluções desse tipo.

Assim, faz-se *mister* alertar para a necessidade de estimular a cultura do planejamento financeiro junto aos servidores públicos, a fim de que seja percebido o relativo empobrecimento da classe ao longo da carreira, considerando os vencimentos sofrem defasagem por conta da inflação e do aumento do custo de vida. Além disso, os servidores, com o tempo, naturalmente tendem a aumentar seus gastos pessoais, contemplando a constituição familiar, moradia, saúde e educação dos filhos, dentre outros. Planejar-se e fazer uso moderado e consciente do crédito são, portanto, premissas fundamentais na qualidade de vida do servidor a longo prazo.

Por fim, reitera-se como sugestão para futuros estudos o aprofundamento da pesquisa em bases qualitativas, a fim de sanar as limitações da abordagem quantitativa aqui utilizada – que permitiu generalizações mas carece de aprofundamento nas motivações do servidor quanto ao uso do crédito. Ademais, a replicação do estudo em outras Secretarias Estaduais de Educação pode ser interessante na medida de construir um panorama nacional sobre o comportamento desse servidor público diante da utilização do crédito consignado em seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

ALVES, H.H.S. **O endividamento do servidor público no Brasil: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). UFRS, Porto Alegre, 2016.

ARIELY, D. **Previsivelmente irracional: como as situações do dia-a-dia influenciam as nossas decisões**. Tradução Jussara Simões. Rio de Janeiro, Elsevier, 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimo consignado: características, acesso e uso**. Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (DEPEF), do Banco Central do Brasil. Contribuições de MOTTA, Eugênia. Série Cidadania Financeira, 2018. Disponível em https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art7_emprestimo_consignado.pdf

BATISTA, V. Endividamento de servidor dispara. Correio Braziliense, Blog do Servidor, 19 jul. 2018. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/endividamento-de-servidor-dispara/>. Acesso em: 1º out. 2018.

BERNARDES, A.C.B.; REIS, B.T.C.V.; HORITA, R.Y. **Administrando a inadimplência em tempo de crise**. São Paulo. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Previdência Social. Resolução nº 1.324, de 25 de Set de 2014. Eleva o prazo máximo de pagamento de empréstimos e cartões de crédito. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1. p. 33.

BRASIL. Medida provisória nº 681, de 10 de Jul de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 Ago 2015. Seção 1, p. 30.

BUAES, C.S. **Caderno de educação financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. Caroline Stumpf Buaes, Denise Comerlato, Johannes Doll – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. 87 p.

_____. Educação financeira com idosos em um contexto popular. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 105-127, Jan/Mar 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

CAVALCANTE, D.H.D. **Análise do perfil de endividamento de servidores públicos: um estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

CHISHTI, S.; BARBERIS, J. **A revolução fintech: o manual das startups financeiras**. Alta Books, 2017.

COELHO, C.A.; MELLO, J.M.P.; FUNCHAL, B. The brazilian payroll lending experience, **The Review of Economics and Statistics**. V. 94(4): 925–934, November 2012.

COSTA, F.S. F.A. **Classe média no brasil: crescimento e vulnerabilidade**. 2014. 32p. (Monografia em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

DAHR, V.; STEIN, R. FinTech platforms and strategy. **MIT Sloan Research Paper**. Nº 5183-16, MIT, Massachussets, 15 agosto de 2017.

FARIA, E. **Credit fintechs and financial intermediaries: a comparative analysis of efficiency**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

GALEANO, E.V.; FEIJÓ, C. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um Painel de Dados Regionais para a Economia Brasileira nos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**. Volume 43, nº 02, Abr-Jun 2012.

GUIMARÃES, D; JÚNIOR, G.B. Impacto do ciclo expansionista de crédito a pessoa física no desempenho da economia brasileira 2004-2013. **Revista do BNDES** 43, junho 2015.

HEMAIS, M.W; CASOTTI, L.M.; ROCHA, E.P.G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **Rev. Adm. Empresas**. São Paulo. v. 53, n. 2, p. 199-207, Apr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902013000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11/04/20.

HENNIGEN, I. O lado avesso do sistema consumo-crédito: (super) endividamento do consumidor. In: VI Encontro Nacional de estudos do consumo, **II Encontro Luso-brasileiro de Estudos do Consumo**. Rio de Janeiro, 2012.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LEÃO, A. P. C; FERNANDES, R. de A; MARTINS, M. M. Empréstimos consignados e endividamento familiar: estudo junto a servidores (a)s públicos (a)s federais em Pernambuco. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. V. 27, n.2, p. 152-174. Viçosa, 2016.

MARTINS, G.; THEOPHILO, C. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Pearson, 2009.

OLIVEIRA, G.C. **Finanças pessoais e qualidade de vida no trabalho dos servidores: um estudo aplicado a uma instituição federal de ensino**. 2015, 107 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo ES, 2015.

OLIVEIRA, G.S. *et al.* **Fintech** serviços financeiros: uma abordagem de serviços 4.0. XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD. **Anais...** São Paulo/SP, Out, 2019.

PAULA, L. F. R. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 8, n.1, p. 87-116, 1998.

PALOMBO, P. E. M. Fatores determinantes da trajetória do consumo no Brasil pós plano real. 2011. XIV SemeAd: Seminários em Administração. **Anais...** São Paulo, Out 2011.

MATTA, R.O.B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal.** 2007. 214 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RICARDO, R.F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social & Sociedade.** V. 1, p. 340-359, 2016.

ROCHA, A.; SILVA, J.F. (org). **Consumo da base da pirâmide: estudos brasileiros.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A.T.; SANTANA, F.A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 41- 1121, Nov/Dez, 2007.

SILVA, R.L.; OLIVEIRA, J.A.; SILVA, M.A.A; NASCIMENTO, G.B.N. Educação financeira como influenciadora de decisões. V Congresso Nacional de Educação. **Anais...** Pernambuco, 2018.

SOARES, P.R. Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. planejamento e políticas públicas. **Revista IPEA PPP**, n. 25: jun./dez. 2002.

SOUSA, A.F.; TORRAVO, C. F. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUZA, D.R. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação da UNB.** Brasília, 2015. 87p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, 2015.

VERGARA, S.; BRANCO, P. **Empresa humanizada: a organização necessária e possível.** Ed. ERA, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 20-30. 2001.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, E.G.F. **Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional.** Dissertação (Mestrado). Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais. Belo Horizonte, 2012.

TAKEDA, T.; DAWID, P.E. Um estudo sobre comportamento de tomadores e ofertantes no mercado de crédito. **Banco Central do Brasil: Trabalhos para discussão.** Brasília, nº 338. Dezembro 2013 p. 1-29.

TEMÓTEO, A. Servidores públicos estão cada vez mais endividados. Correio Braziliense. 19/07/2018. Brasília. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/07/19/internas_economia,695866/servidores-publicos-estao-cada-vez-mais-endividados.shtml> acessado em 10 de Jan de 2019.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO A – REQUERIMENTO DE DADOS PARA A PESQUISA

Requerimento de Dados para Pesquisa

Brasília-DF, 09 de Outubro de 2018.

Prezado (a) s,

Venho através deste requerimento, solicitar algumas informações referentes ao endividamento dos servidores da Secretaria de Educação do Distrito Federal que não constam no website. Nós estamos trabalhando numa pesquisa que pretende mostrar que existe um hoje, um considerável grau de endividamento entre os funcionários e que uma política de educação financeira direcionada a eles pode ser benéfica. Mas para isso, nós precisamos estudar as causas e o perfil de endividamento das pessoas com dados reais.

O objetivo final é mostrar que esse problema existe, pode ser tratado e que boas práticas financeiras podem ser seguidas e incorporadas em outros órgãos, empresas, em diferentes unidades da federação. Partimos da ideia de que boas políticas públicas podem ser replicadas, com adaptações se necessárias, em outras localizações, e, portanto, melhorar a qualidade de vida da população.

Eu, Celso Vila Nova de Souza Júnior, CPF 831.257.281-34, professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília, estou interessado em desenvolver essa pesquisa com o aluno Ronei Mendes Pereira, que toma como referência a SEEDF, como um bom exemplo de que o Brasil pode mudar e melhorar ao utilizar boas políticas educacionais financeiras. Os dados solicitados devem ser agregados, mantendo assim o sigilo pessoal de seus funcionários. A metodologia empregada estará baseada em estatísticas descritivas via análises de gráficos e tabelas, a partir da obtenção dos dados.

Nesse contexto, solicitamos dentro do possível uma amostra de dois anos (Dezembro de 2016 e Dezembro de 2017), se houver possibilidade de informações do corrente ano (2018), melhor ainda, considerando-se as seguintes estatísticas:

1. Número total de servidores ativos com empréstimos consignados;
2. Número total de servidores ativos sem empréstimos consignados;
3. Montante total de empréstimos consignados para servidores ativos;
4. Número total de servidores inativos com empréstimos consignados;
5. Número total de servidores inativos sem empréstimos consignados;
6. Montante total de empréstimos consignados para servidores inativos;
7. Número total de servidores técnicos ativos por funções:
 - a. Servidores gerais;
 - b. Porteiros;
 - c. Monitores de Sala de Aula;
 - d. Técnicos Administrativos;
 - e. Docentes
 - f. Docentes Pedagogos/Orientadores educacionais;
8. Montante total de empréstimos consignados para servidores técnicos ativos por funções:
 - a. Servidores gerais;
 - b. Porteiros;
 - c. Monitores de Sala de Aula;
 - d. Técnicos Administrativos;
 - e. Docentes
 - f. Docentes Pedagogos/Orientadores educacionais;

9. Número total de servidores técnicos inativos por funções:

- a. Servidores gerais;
- b. Porteiros;
- c. Monitores de Sala de Aula;
- d. Técnicos Administrativos;
- e. Docentes
- f. Docentes Pedagogos/Orientadores educacionais;

10. Montante total de empréstimos consignados para servidores técnicos inativos por funções:

- a. Servidores gerais;
- b. Porteiros;
- c. Monitores de Sala de Aula;
- d. Técnicos Administrativos;
- e. Docentes;
- f. Docentes Pedagogos/Orientadores educacionais;

Antecipadamente agradecemos sua atenção,

Celso Vila Nova de Souza Júnior

Ronei Mendes Pereira